



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Secretaria de Gestão do Patrimônio da União
Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina
Coordenação da Superintendência do Patrimônio
Serviço de Destinações Patrimoniais

OFÍCIO SEI Nº 11151/2023/MGI

Florianópolis, 09 de março de 2023.

À Senhora
SANDRA CORRÊA
Coordenadora da Área de Patrimônio
Prefeitura Municipal de Joinville
Av. Hermann August Lepper, 10, Saguauçu
CEP 89.221-005 - Joinville-SC
gabinete@laguna.sc.gov.br / planejamento@laguna.sc.gov.br

Assunto: Cessão de espaço aquático e terrestre de imóvel de domínio da União para regularização do trapiche Porta do Mar e construção de Parque flutuante.

Referência: Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 04972.001366/2007-44

Prezada Sandra,

1. Cumprimentando-a cordialmente, fazemos referencia ao Processo nº 04972.001366/2007-44, no qual o Município de Joinville requer a cessão de imóvel de domínio da União com área total de 5.156,33m², correspondente a área de terreno de marinha e acrescidos, medindo 675,33m² e espaço aquático medindo 4.481,00m², situado na Rua Antônio L. Gonçalvez e Rua Pref. Baltazar Buschle, Bairro Espinheiros, no Município de Joinville-SC.
2. Ressalta-se que a área em questão já havia sido objeto de cessão gratuita ao ente municipal, pelo período de 10 anos, conforme contrato lavrado sob o Livro nº 009 - Diversos, Fls. 019 (26105144) e RIP SPIUnet nº 8179 00088.500-7 (1526561). No entanto, dado o decurso do prazo sem a manifestação pela prorrogação contratual, bem como, ante a solicitação de regularização da Unidade de Controle Patrimonial (26105239), esta SPU/SC, encaminha anexo os documentos necessários para a realização de nova cessão.
3. Neste sentido, para a perfeita continuidade da tramitação deste processo, solicitamos atenção aos documentos e informações complementares necessárias constantes nos Checklists nº 32252148 (espaço aquático) e nº 32252193 (espaço terrestre).
4. Faz-se necessário que o Município se manifeste com maior precisão acerca da utilização das cessões, uma vez que no e-mail 26105239, há breve descrição sobre a existência do trapiche da Porta do Mar e a construção de um parque flutuante, constituído por três módulos flutuantes em concreto que complementarão o trapiche fixo e substituirão os antigos flutuantes, pois estes foram destruídos em acidente com embarcação.
5. Para definir se o processo seguirá novamente mediante modalidade de cessão GRATUITA ou

ONEROSA é imprescindível informar-se a sua utilização caracteriza-se totalmente ou parcialmente como pública e irrestrita; se haverá exploração de atividade comercial exercida pelo município ou por terceiros no parque flutuante e, neste caso, de que forma acontecerá, com a delimitação das áreas; se alguma das atividades realizadas utilizará a estrutura total ou parcialmente de modo exclusivo e com qual frequência; se existirão comunidades tradicionais, recreativas, associações ou outro tipo de organização da sociedade civil que dependerão dessa estrutura para a realização das suas atividades; se existirá e como se dará o controle, gestão ou zoneamento do uso, entre outras informações pertinentes e detalhes que caracterizem seu uso em geral, por fim, é imprescindível que seja informado sobre a área, delimitando-se a área do trapiche e a área destinada ao parque flutuante.

6. Uma vez que apontamos a necessidade de complementação da documentação, encaminhamos em anexo material orientativo composto por 2 (dois) checklists elaborado por esta SPU, SEI 32252148 para o espaço aquático e SEI nº 32252193 para o espaço terrestre, visando facilitar a organização da documentação necessária e requerida.

7. Desta forma, solicitamos que se apresente, no prazo de até 90 (noventa) dias, os documentos necessários para a continuidade do processo autorizativo.

8. Em caso de dúvidas, estamos à disposição pelo e-mail atendimento@spusc@economia.gov.br referenciando o processo SEI MGI 04972.001366/2007-44.

Anexos:

I - Checklist (32252148) - Cessão de espaço aquático

II - Checklist (32252193) - Cessão de espaço terrestre

III - OFÍCIO SEI Nº 11151/2023/MGI (32254873)

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

JULIANO LUIZ PINZETTA

Superintendente do Patrimônio da União em Santa Catarina



Documento assinado eletronicamente por **Juliano Luiz Pinzetta, Superintendente**, em 15/03/2023, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **32254873** e o código CRC **BEE7F3F7**.

Praça XV de Novembro, 336, - Bairro Centro
CEP 88.010-400 - Florianópolis/SC

(48) 3251-8200 - e-mail atendimento@spusc@economia.gov.br - gov.br/economia

Processo nº 04972.001366/2007-44.

SEI nº 32254873



CHECKLIST - CESSÃO DE ESPAÇO AQUÁTICO

Processo: 04972.001366/2007-44

Requerente: Prefeitura Municipal de Joinville

Objeto: Cessão de uso de **espaço aquático** - Trapiche Porta do Mar e construção de Parque flutuante.

Realizada a primeira análise do pleito solicitamos a complementação documental e o preenchimento dos campos necessários (conforme apontamentos abaixo). Após o atendimento de tais pendências, retornar a demanda à Secretaria do Patrimônio da União em Santa Catarina via via Protocolo Digital ou e-mail atendimentospusc@economia.gov.br, citando o Processo SEI nº 04972.001366/2007-44.

Protocolo Digital

O protocolo de documentos para a SPU pode ser feito pelo Protocolo Digital, que é um balcão virtual que permite o protocolo de todo e qualquer documento junto ao Governo Federal, no caso da SPU junto ao Ministério da Economia (antigo Protocolo Eletrônico).

Para protocolar seu requerimento “manual/digital”, você deve:

- acessar a página do serviço gov.br;
- efetuar login no Portal de Serviços;
- cadastrar a solicitação, anexando os arquivos.

Finalizada a solicitação, você pode acompanhar o seu andamento por meio dos e-mails automáticos do sistema, ou diretamente na plataforma.

Observe as seguintes orientações para que o protocolo seja aceito pelo Protocolo Central de Brasília:

O requerimento/petição pode ser totalmente digital (arquivo PDF) ou pode ser feito manualmente e depois digitalizado e transformado em PDF.

Coloque como destinatário a “Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina – SPU/SC”. Caso tenha número de processo, informe que tem protocolo anterior e informe o número do processo administrativo já no início do documento.

Se possível, relate também o número do Registro Imobiliário Patrimonial (RIP) envolvido.

Relate o caso e, ao final, deixe claro seu pedido e exatamente o que você precisa.

O protocolo não pode ter documento em branco, documento ilegível, documento sem identificação do pedido e de seus fundamentos, documento sem identificação do interessado ou de quem o represente, documento sem data e/ou documento sem assinatura do requerente ou de seu representante. Estas são exigências da Lei nº 9.784/99, art. 6º.

Consulte mais informações no seguinte link: [Cartilha do Protocolo Digital - Cidadão](#)

Caso precise de outras informações ou orientações, favor entrar em contato pelo e-mail atendimentospusc@economia.gov.br, citando o Processo SEI nº 04972.001366/2007-44.

INFORMAÇÕES BÁSICAS	
Nome do requerente	Prefeitura Municipal de Joinville
Finalidade do pedido da cessão (apresentação e descrição sucinta) e público beneficiado	Regularização uso do Trapiche Porta do Mar e construção de Parque flutuante.
Tamanho da área requerida em m ²	4.481,00m ² (parte aquática).

Endereço completo do local da cessão requerida informando o RIP da porção terrestre associada à porção aquática sempre que houver	Rua Antônio L. Gonçalves e Rua Pref. Baltazar Buschle, Bairro Espinheiros, no Município de Joinville-SC. RIP 8179 00088.500-7 (31526561)
Nome e telefone do responsável pela cessão junto à SPU/SC	Favor preencher.
Informar e justificar com base no art. 21 da Lei nº 9.636, de 1998 o prazo pretendido para a cessão sendo que o máximo permitido é de 20 anos. NOTA: Esta solicitação poderá ou não ser acatada pela SPU e no caso da falta desta informação, será atribuído um período conforme deliberação deste órgão.	Favor informar.
Informar o prazo para implantação do projeto a partir da assinatura do contrato e nos casos de cessão onerosa, justificar com base no art. 19 da Lei nº 9.636, de 1998 se há necessidade de período de carência vinculada pagamento do valor de retribuição anual à União, aplicável quando a real utilização da área não for imediata a partir do contrato.	Favor informar.
Nos casos de cessão onerosa, informar se há preferência pelo pagamento do valor de retribuição anual à União em parcelas sucessivas mensais ou semestrais.	Favor informar.
Quando aplicável cessão gratuita nas condições da PORTARIA Nº 144, DE 09 DE JULHO DE 2001, anexar documentação que comprove o enquadramento/uso pretendido e documentação com vistas a atender o disposto nos § 1º, § 2º e § 3º conforme o caso:	Favor informar.

Documentos necessários

Documentação necessária para cessão de espaço aquático de domínio da União na SPU	Entregue	Link
Solicitação do requerente	Sim.	E-mail Renovação de Cessão de Uso (26105239)
Descrição do empreendimento Apresentar descrição sucinta do empreendimento	Não entregue.	
Documentos do Requerente: Órgão público: CNPJ, carteira de identidade /CPF e ata de posse do responsável legal	Não entregue.	
Manifestação favorável da autoridade municipal quanto à adequação da atividade à legislação municipal, relativa ao local em terra onde se desenvolverá a atividade, ou, de onde partirá a estrutura; no caso de regularização, de onde se desenvolve a atividade, ou, de onde parte a estrutura. Deve levar em consideração os planos e programas de uso o ordenamento do solo como Plano diretor Projeto Orla quando houver, entre outros.	Não entregue.	

<p>Parecer da Capitania dos Portos</p> <p>Documento da Capitania dos Portos informando que não se opõe à realização da obra / implantação da infraestrutura no local, quanto à interferência em relação ao ordenamento do espaço aquaviário, à segurança da navegação e outros aspectos de interesse da Defesa Nacional.</p>	<p>Não entregue.</p>	
<p>Plantas e projeto básico da obra</p> <p>Apresentar planta da poligonal da área abrangida pelo empreendimento com seus contornos e os vértices georreferenciados no padrão UTM SIRGAS 2000, com as distâncias entre eles grafadas com duas casas decimais separadas do valor inteiro por vírgula, informando a unidade de medida utilizada. Devem ser elaboradas poligonais SEPARADAS, uma para cada caso: parte do empreendimento sobre a terra, parte do empreendimento sobre a água, berço de atracação, bacia de evolução e os canais de acesso, quando houver.</p> <p>NOTA: todas as plantas devem ter o nome do responsável técnico e seu respectivo número de registro profissional, estarem assinadas por este e ser entregues em arquivos digitais no formato PDF (tamanho A2, com resolução de mais ou menos 200dpi) e DWG (ou similar) e SHP .</p> <p>a) Apresentar Plantas de situação, localização e estrutura: apresentadas nos termos da NORMAM 11 da Marinha do Brasil. Deve constar quando houver: área pretendida em terra; área pretendida para instalação de estrutura física sobre a água; área pretendida para berços de atracação; áreas necessárias à bacia de evolução e canal de acesso. Deverá ser considerado nas plantas a identificação das as instalações de acostagem, os respectivos berços de atracação e suas finalidades. Seguem orientações complementares acerca da elaboração das plantas solicitadas:</p> <p>Planta de situação: Destina-se a mostrar onde está localizado o empreendimento náutico dentro de uma área ampla, normalmente tendo como início o território estadual. Deve conter desenhos, ou imagens, de aproximação até que se possa identificar, com nitidez, a área do imóvel.</p> <p>Planta de localização: Tem por finalidade estabelecer a posição do empreendimento em relação à área circunvizinha e mostrar a relação entre o terreno e a projeção da estrutura náutica. Serve para verificar se a área aquática desejada está dentro dos limites permitidos. Deve conter, de forma visível, o contorno da área terrestre, da estrutura náutica e dos complementos aquáticos. Deverá constar em planta: identificação de todos os acessos ao local, marítimo, fluvial ou lacustre, rodoviários, ferroviário e dutoviário.</p> <p>Planta da estrutura náutica: planta de projeto básico fazendo constar os elementos que irão compor o projeto. Serve para mostrar como será – ou como está – construída a estrutura náutica por meio de vista aérea com cortes da estrutura que estará – ou está – total ou parcialmente dentro da água. Nesta planta não precisam ser mencionados georreferenciamentos; apenas as medidas dos segmentos lineares. Junto com a planta deve ser apresentado o Memorial Descritivo da Estrutura Náutica, citando os materiais utilizados e a forma de construção.</p>	<p>Não entregue.</p>	

<p>Memorial da área abrangida pela obra</p> <p>Documento que relate sucintamente em que consiste a obra, fazendo constar, dentre outras informações, a finalidade, o tamanho e, se aplicável, o público beneficiado.</p> <p>a) O memorial descritivo da poligonal georreferenciada da área, com as mesmas características da planta, deve informar rumos e azimutes, além de ter a assinatura, o nome e o número de registro do responsável técnico. Uma cópia do memorial deve ser entregue em arquivo digital editável (doc, docx, odt, rtf, txt, etc). Descrever dentre outras informações, a finalidade e o tamanho das áreas quando houver: área pretendida em terra; área pretendida para instalação de estrutura física sobre a água; área pretendida para berços de atracação; áreas necessárias à bacia de evolução e canal de acesso. Deve ser apresentado um memorial descritivo correspondente a cada poligonal elaborada no item 6, sempre constando no documento a área total e perímetro correspondente;</p> <p>b) Descrição de todos os acessos ao local, marítimo, fluvial ou lacustre, rodoviários, ferroviário e dutoviário;</p> <p>c) Descrição de funcionamento geral da infraestrutura, identificando as instalações de acostagem, os respectivos berços de atracação e suas finalidades quando for o caso;</p> <p>d) Descrever os materiais utilizados e, sucintamente a forma de construção.</p>	<p>Não entregue.</p>	
<p>NOTA itens sobre memoriais descritivos e plantas: plantas e memorial devem ser acompanhados da ART (ou correlata, dependendo da área do profissional) correspondente ao serviço a que se referem. No caso do requerente ser Órgão Público fica dispensada a ART (ou correlata) quando esses documentos forem elaborados por funcionário próprio. Informar isto, quando for o caso.</p>	<p>Não entregue.</p>	
<p>Licenciamento ambiental</p> <p>a) Licença ambiental: deve ser apresentada Licença Ambiental emitida por órgão membro do SISNAMA que esteja dentro do prazo de validade e conforme a modalidade exigida para a magnitude do empreendimento e quando não for passível de licenciamento, apresentar dispensa ou nada opor do órgão. Quando houver processo tramitando junto ao órgão ambiental relacionado à solicitação de renovação, ampliação de escopo ou ainda de licença relacionada (ex: solicitação da LAI referente à LAP já obtida), deve ser apresentado também o protocolo e status atualizado desta requisição/tramitação.</p> <p>b) Comunidades tradicionais: apresentar informações a respeito da existência de comunidades tradicionais – indígenas, quilombolas, caiçaras, pescadores, etc. – na bacia hidrográfica na qual pretende a obra, bem como o mapa da localização das mesmas.</p> <p>c) Unidades de conservação: caso a obra, ou sua influência, esteja dentro de unidades de conservação ou áreas de amortecimento, apresentar a anuência do órgão gestor da unidade em questão. Se não estiver, atestar a inexistência delas.</p>	<p>Não entregue.</p>	
<p>Comunicação sobre benfeitorias</p> <p>Havendo benfeitorias, especificá-las, inclusive com projetos, e informar se serão removidas, com ou sem indenização.</p>	<p>Há o trapiche. Informar se há mais alguma benfeitoria no local.</p>	

Favor preencher a tabela abaixo, enviando os comprovantes das respostas positivas:

Documento necessário	Não	Sim	Caso positivo anexar
O equipamento náutico está no interior ou na área de amortecimento de unidades de conservação?			Parecer de quais UCs são afetadas e anuência do órgão gestor da unidade em questão
Há benfeitorias no local que serão afetadas?			Havendo benfeitorias, especificá-las, inclusive com projetos
Há aporte de recursos financeiros com prazo?			Caso positivo anexar a origem
Há ações judiciais na área que devam ser consideradas ou que possam conflitar com a realização da obra?			Havendo, favor enviar a numeração e se possível alguns dados e abrangência da mesma

Local, Data

Assinatura do Representante Legal

Nome

Cargo

CPF

(Favor rubricar nas demais páginas)

- Se, em qualquer fase da tramitação do processo, houver necessidade de documentos complementares, eles serão especificamente solicitados ao requerente, portanto deixe telefone e e-mail atualizados no cadastro.
- Se necessário o arquivo das LPM-Linha de Preamar Média de 1831 pode ser solicitada pelo endereço atendimentospusc@economia.gov.br
- A tramitação do processo pode ser consultada no SEI <https://sei.fazenda.gov.br> com acesso externo que pode ser solicitado pelo endereço atendimentospusc@economia.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **Gilberto Vicente de Oliveira, Técnico(a) de Nível Superior**, em 09/03/2023, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **32252148** e o código CRC **F9057B20**.

Referência: Processo nº 04972.001366/2007-44.

SEI nº 32252148



CHECKLIST - CESSÃO TERRESTRE

Processo: 04972.001366/2007-44

Requerente: Prefeitura Municipal de Joinville

Objeto: cessão terrestre - Trapiche Porta do Mar e construção de Parque flutuante.

Realizada a primeira análise do pleito solicitamos a complementação documental e o preenchimento dos campos necessários (conforme apontamentos abaixo). Após o atendimento de tais pendências, retornar a demanda à Secretaria do Patrimônio da União em Santa Catarina via via Protocolo Digital ou e-mail atendimentospusc@economia.gov.br, citando o Processo SEI nº 04972.001366/2007-44.

Protocolo Digital

O protocolo de documentos para a SPU pode ser feito pelo Protocolo Digital, que é um balcão virtual que permite o protocolo de todo e qualquer documento junto ao Governo Federal, no caso da SPU junto ao Ministério da Economia (antigo Protocolo Eletrônico).

Para protocolar seu requerimento “manual/digital”, você deve:

- a) acessar a página do serviço gov.br;
- b) efetuar login no Portal de Serviços;
- c) cadastrar a solicitação, anexando os arquivos.

Finalizada a solicitação, você pode acompanhar o seu andamento por meio dos e-mails automáticos do sistema, ou diretamente na plataforma.

Observe as seguintes orientações para que o protocolo seja aceito pelo Protocolo Central de Brasília:

O requerimento/petição pode ser totalmente digital (arquivo PDF) ou pode ser feito manualmente e depois digitalizado e transformado em PDF.

Coloque como destinatário a “Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina – SPU/SC”. Caso tenha número de processo, informe que tem protocolo anterior e informe o número do processo administrativo já no início do documento.

Se possível, relate também o número do Registro Imobiliário Patrimonial (RIP) envolvido.

Relate o caso e, ao final, deixe claro seu pedido e exatamente o que você precisa.

O protocolo não pode ter documento em branco, documento ilegível, documento sem identificação do pedido e de seus fundamentos, documento sem identificação do interessado ou de quem o represente, documento sem data e/ou documento sem assinatura do requerente ou de seu representante. Estas são exigências da Lei nº 9.784/99, art. 6º.

Consulte mais informações no seguinte link: [Cartilha do Protocolo Digital - Cidadão](#)

Caso precise de outras informações ou orientações, favor entrar em contato pelo e-mail atendimentospusc@economia.gov.br, citando o Processo SEI nº 04972.001366/2007-44.

Documento necessário	Descrição do documento	Documentos entregues suprem? (sim/não)	Evento SEI

1) Ofício de solicitação ou solicitação no SPUNET	E-mail solicitando cessão.	Sim.	26105239
2) Documentos do Requerente	Órgão Público: CNPJ, Carteira de Identidade /CPF, ata de posse do responsável legal	Favor protocolar.	
3) Plantas e Memorial da Obra	<p>Apresentar planta com um ponto e texto deste mesmo local especificando a área abrangida pelo empreendimento com seus contornos e os vértices georreferenciados no padrão UTM SIRGAS 2000, com as distâncias entre eles grafadas com duas casas decimais separadas do valor inteiro por vírgula, informando a unidade de medida utilizada.</p> <p>Apresentar também arquivos KMZe/ou SHP da área</p> <p><i>NOTA: todas as plantas devem ter o nome do responsável técnico e seu respectivo número de registro profissional, estarem assinadas por este e ser entregues em arquivos digitais no formato PDF (tamanho A2, com resolução de mais ou menos 200dpi) e DWG (ou similar).</i></p>	Favor protocolar.	
4) Licença /Autorização Ambiental/ Nada a opor	<p>Licença Ambiental: Deve ser apresentada Licença Ambiental ou Autorização emitida por órgão membro do SISNAMA que esteja dentro do prazo de validade e conforme a modalidade exigida para a magnitude do empreendimento e quando não for passível de licenciamento, apresentar dispensa ou nada opor do órgão. Quando houver processo tramitando junto ao órgão ambiental relacionado à solicitação de renovação, ampliação de escopo ou ainda de licença relacionada (ex: solicitação da LAI referente à LAP já obtida), deve ser apresentado também o protocolo e status atualizado desta requisição/tramitação.</p>	Favor protocolar.	
5) BCI ou valor venal do imóvel	Boletim de cadastro imobiliário para que seja elaborada avaliação do imóvel segundo Portaria SPU 83/2019	Favor protocolar.	

Favor preencher a tabela abaixo, enviando os comprovantes das respostas positivas:

DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO		Evento SEI

a) Nome do requerente: informar os nº dos documentos (RG e CPF do prefeito) e CNPJ do município	Favor informar.	
b) Qual a finalidade do pedido de cessão (apresentação e descrição sucinta) e informar o público beneficiado	Regularização uso do Trapiche Porta do Mar e construção de Parque flutuante.	26105239
c) Qual o tamanho da área em m ² e caso sejam várias áreas distintas favor denominar e especificar	675,33m ² (parte terrestre)	26105144
d) Qual o endereço completo do local requerido para Cessão?	Rua Antônio L. Gonçalves e Rua Pref. Baltazar Buschle, Bairro Espinheiros, no Município de Joinville-SC.	26105144
e) Informe o nº do Registro Imobiliário Patrimonial (RIP) da porção terrestre	RIP 8179 00088.500-7	31526561
f) A cessão terá obra embutida de aterro ou retirada de material que acresça ou diminua terreno da União?	Favor informar.	
g) Informar se a obra restringe o acesso ou modifica a utilização da área após a implantação e de que forma será	Favor informar.	
h) Nome e telefone do responsável pelas informações da obra junto à SPU/SC. É a pessoa encarregada de tratar dos detalhes técnicos e da documentação do processo.	Favor informar.	
i) Informar o prazo para implantação do projeto a partir da emissão da portaria autorizativa até a conclusão das obras	Favor informar.	
j) Há gestão de praias no município? Abrange esta área?	Não.	
k) Informar e justificar com base no art. 21 da Lei nº 9.636, de 1998 o prazo pretendido para a cessão sendo que o máximo permitido é de 10 anos . NOTA: Esta solicitação poderá ou não ser acatada pela SPU e no caso da falta desta informação, será atribuído um período conforme deliberação deste órgão.	Favor informar.	
l) Informar o prazo para implantação do projeto a partir da assinatura do contrato e nos casos de cessão onerosa, justificar com base no art. 19 da Lei nº 9.636, de 1998 se há necessidade de período de carência vinculada pagamento do valor de retribuição anual à União, aplicável quando a real utilização da área não for imediata a partir do contrato.	Favor informar.	
m) Nos casos de cessão onerosa, informar se há preferência pelo pagamento do valor de retribuição anual à União em parcelas sucessivas mensais ou semestrais.	Favor informar.	
n) Quando aplicável Cessão Gratuita nas condições da PORTARIA Nº 144, DE 09 DE JULHO DE 2001, anexar documentação que comprove o enquadramento/uso pretendido e documentação com vistas a atender o disposto nos § 1º, § 2º e § 3º conforme o caso.	Favor informar.	

Favor preencher a tabela abaixo, enviando os comprovantes das respostas positivas:

Documento necessário	Não	Sim	Caso positivo anexar	
Há comunidades tradicionais afetadas pela cessão?			Parecer de quais comunidades tradicionais – indígenas, quilombolas, caiçaras, pescadores, etc são afetadas e se concordam com a cessão.	
A cessão requerida está no interior ou na área de amortecimento de Unidades de Conservação (UCs)?			Parecer de quais UCs são afetadas e anuência do órgão gestor da unidade em questão (isento caso seja o órgão gestor quem vai gerir a área objeto da Cessão).	
O requerente é privado?	X		Manifestação favorável da Autoridade Municipal.	
A cessão afeta corpos hídricos navegáveis ou está a menos de 100m da linha de costa?			Manifestação da Capitania dos Portos afirmando que não se opõe à cessão em relação à segurança da navegação.	
Há benfeitorias no local ?			Havendo benfeitorias, especificá-las, inclusive com projetos, e informar se serão removidas com ou sem indenização.	
Há aporte de recursos financeiros com prazo?			Especificar o aporte, anexar os contratos e quais os prazos, contrato de repasse.	
Há ações judiciais na área que devam ser consideradas ou que possam conflitar com a realização do pedido?			Havendo, favor enviar a numeração e se possível alguns dados e abrangência da mesma.	

Local, Data

Assinatura do Representante Legal

Nome

Cargo

CPF

(Favor rubricar nas demais páginas)

- Se, em qualquer fase da tramitação do processo, houver necessidade de documentos complementares, eles serão especificamente solicitados ao requerente, portanto deixe telefone e e-mail atualizados no cadastro.
- Se necessário o arquivo das LPM-Linha de Preamar Média de 1831 pode ser solicitada pelo endereço atendimentospusc@economia.gov.br
- A tramitação do processo pode ser consultada no SEI <https://sei.fazenda.gov.br> com acesso externo que pode ser solicitado pelo endereço atendimentospusc@economia.gov.br
- Esta vai assinada pelo técnico que analisou para que fique disponível sua visualização, mas deverá ser assinada ainda pelo requerente interessado que preencher para atestar a veracidade das informações.



Documento assinado eletronicamente por **Gilberto Vicente de Oliveira, Técnico(a) de Nível Superior**, em 09/03/2023, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **32252193** e o código CRC **5F49194F**.

Referência: Processo nº 04972.001366/2007-44.

SEI nº 32252193